



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO – LESTE 1
EE.....

TERMO DE POSSE Nº

Aos do mês de de dois mil e seis, compareceu perante mim,(nome completo do diretor), RG....., Diretor de Escola, o(a) senhor(a)(nome do nomeado), RG, nomeado por Decreto de..., publicado em, nos termos do

....., habilitado em Concurso Público para exercer em caráter efetivo e em Jornada o cargo de Professor de Ensino Fundamental e Médio, disciplina de nesta Unidade Escolar, na referência inicial da Tabela de Subsídio-Licenciatura Plena a que se refere a LC 1374/2022, criado por, vago em decorrência de de RG, publicado em DOE de, o qual promete ser fiel a causa da República, cumprir suas leis e regulamentos, bem como ser exato no cumprimento dos deveres do cargo. Do que para constar foi lavrado o presente termo que assina comigo o referido professor. No ato da posse apresentou os seguintes documentos:

1) Certificado de Sanidade e Capacidade Física (laudo médico) declarando-o apto ao exercício do cargo, expedido pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME), conforme artigo 7º do Decreto 29.180/1988 ou Cópia impressa da publicação da Decisão Final da inspeção médica proferida pelo DPME no Diário Oficial do Estado, onde constam: nome do candidato nomeado, o número do Registro Geral (RG), o cargo público para o qual o candidato foi nomeado, o número do Certificado de Sanidade e Capacidade Física (CSCF) e o resultado “APTO”; 2) Certidão de Nascimento ou Casamento, com as respectivas averbações, se for o caso; 3) Cédula de Identidade (RG); 4) Cadastro de Pessoa Física (CPF); 5) Carteira de Trabalho e Previdência Social/CTPS Digital; 6) Comprovante de conta bancária no Banco do Brasil; 7) Comprovante de endereço de residência, com data de até 3 (três) meses anteriores a data de publicação da nomeação; 8) Em caso de nacionalidade portuguesa, em substituição ao documento do item 3 deste inciso, o nomeado deverá comprovar, mediante Certificado de Outorga do Gozo de Direitos Políticos, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º, do artigo 12, da Constituição Federal; 9) Documento de inscrição no PIS ou PASEP; 10) Atestado de antecedentes criminais (Federal e Estadual), relativo aos últimos cinco anos; 11) Título de eleitor e prova de que votou na última eleição ou de que pagou a respectiva multa ou, ainda, de que se justificou perante a Justiça Eleitoral, ou Certidão de Quitação Eleitoral; 12) Declaração de Imposto de Renda (última), apresentada a Secretaria da Receita Federal, acompanhada do respectivo recibo de entrega e

das atualizações e/ou complementações, ou, no caso de o nomeado não ser declarante, apresentação de declaração de bens e valores firmada por ele próprio, nos termos das Leis 8.429, de 06-02-1992, e 8.730, de 11-10-1993, Instrução Normativa do TCU 05, de 10-03-1994, e do Decreto Estadual 41.865, de 16-06-1997, com as alterações do Decreto 54.264, de 23-04-2009;13)Se pai ou mãe de criança em idade escolar (até 14 anos), apresentar comprovação de que a mesma esteja matriculada em estabelecimento de ensino;14)No caso de ingressante do sexo masculino, apresentar comprovante de estar em dia com as obrigações militares, estando isento da apresentação o nomeado que no momento da posse se encontre no ano civil subsequente ao que tenha completado 45 anos;15)Três fotos 3×4 recentes;16)Diploma de Licenciatura Plena e Histórico Escolar, comprovando a habilitação para a investidura no cargo, rigorosamente de acordo com as Instruções Especiais do concurso correspondente;17)Declaração, de próprio punho, de boa conduta e de não ter sofrido penalidades, dentre as previstas nos incisos IV, V e VI do artigo 251 da Lei 10.261/1968, ou nos §§ 1º e 2º do artigo 35 e no artigo 36 da Lei 500/1974, nos últimos 5 anos, com relação à demissão, cassação de aposentadoria por equivalência ou dispensa, e nos últimos 10 (dez) anos, quando se tratar de demissão a bem do serviço público, cassação de aposentadoria por equivalência, ou dispensa a bem do serviço público;18)Declaração expressa, de próprio punho, informando se possui, ou não, outro cargo ou função-atividade, no âmbito do serviço público federal, estadual, municipal ou, ainda, em autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, inclusive para os que apresentam a condição de aposentado de cargo ou função docente;19)cópia protocolada do pedido de exoneração do cargo de, com o devido deferimento da autoridade Responsável.

São Paulo,

.....